



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

LAYSE ROANA FORMIGA MOURA

**CADASTRO ÚNICO COMO RECURSO DE IDENTIFICAÇÃO DE PÚBLICO PARA
EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB**

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

LAYSE ROANA FORMIGA MOURA

**CADASTRO ÚNICO COMO RECURSO DE IDENTIFICAÇÃO DE PÚBLICO PARA
EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. João Matias de Oliveira Neto

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M929c Moura, Layse Roana Formiga.
Cadastro único como recurso de identificação de público para efetivação de políticas sociais no município de Pombal-Pb [manuscrito] / Layse Roana Formiga Moura. - 2022.
24 p.
Digitado.
Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2023.
"Orientação : Prof. Dr. João Matias de Oliveira Neto, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância."
1. Políticas públicas. 2. Famílias. 3. Vulnerabilidade. I.
Título

21. ed. CDD 320.6

LAYSE ROANA FORMIGA MOURA

CADASTRO ÚNICO COMO RECURSO DE IDENTIFICAÇÃO DE PÚBLICO PARA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB


Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Aprovada em: 15 / 12 / 2022.

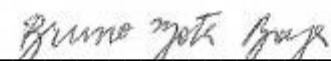
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. João Matias de Oliveira Neto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - Orientador



Profª. Me. Kamila Karine dos Santos Wanderley
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Bruno Mota Braga
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Formulário de cadastramento	10
Tabela 2 - Faixa de renda per capita no CADÚNCO em Pombal - PB.....	15
Tabela 3 - Grau de instrução por renda familiar em Pombal - PB	16
Tabela 4 - Principal de fonte de renda dos inscritos no CadÚnico Pombal - PB	17

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	7
2.1 Políticas Públicas.....	7
2.1.1 Ações intersetoriais	9
2.2 Cadastro Único para programas sociais.....	10
2.2.1 CECAD como mecanismo de oferta de dados.....	11
3 METODOLOGIA.....	12
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	13
4.1 Exemplo de aplicação dos dados do Cadastro Único em ações na esfera municipal.....	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	24

CADASTRO ÚNICO COMO RECURSO DE IDENTIFICAÇÃO DE PÚBLICO PARA EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB

Layse Roana Formiga Moura^{1*}

RESUMO

Na gestão pública, para o desenvolvimento de políticas públicas competente, é necessário compreender os principais fenômenos sociais que acontecem naquele local, entender a população sobre suas principais necessidades como demandas reprimidas e reconhecer as vulnerabilidades e potencialidades daquela área. Para tal, o presente trabalho consiste em uma pesquisa de campo com abordagem metodológica descritiva cujo levantamento de dados se deu a partir de coletas em bibliografia científica e sites oficiais do município. Diante disso, percebeu-se que a utilização da base de dados do Cadastro Único é um instrumento permanente de identificação das famílias, ofertando características de potenciais demandantes dos distintos serviços públicos e, com base em tais informações, possibilita identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais, planejar, orientar e coordenar ações a serem executadas, contribuindo com as diversas áreas de gestão e suas respectivas equipes de coordenadores do município de Pombal-PB.

Palavras-chave: Políticas públicas. Famílias. Vulnerabilidade.

CADASTRO ÚNICO AS A PUBLIC IDENTIFICATION RESOURCE FOR IMPLEMENTING SOCIAL POLICIES IN THE MUNICIPALITY OF POMBAL-PB

ABSTRACT

In public management, for the development of competent public policies, it is necessary to understand the main social phenomena that happen in that place, understand the population about their main needs as repressed demands and recognize the vulnerabilities and potential of that area. To this end, the present work consists of a field research with a descriptive methodological approach whose data collection took place from collections in scientific bibliography and official websites of the municipality. In view of this, it was noticed that the use of the Cadastro Único database is a permanent instrument for identifying families, offering characteristics of potential demanders of different public services and, based on such information, it makes it possible to identify the social, economic, political and cultural dynamics that plan, guide and coordinate actions to be carried out, contribute to the various management areas and their respective teams of coordinators in the municipality of Pombal-PB.

Keywords: Public Policies. Families. Vulnerability.

¹ Graduada em Administração pela UEPB. E-mail: layseformiga@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A área de políticas públicas vem ganhando notoriedade nos últimos anos como uma possibilidade de atuação do poder público em criar políticas coerentes, necessárias e efetivas, que alcancem a população de forma eficiente. No âmbito municipal, as várias facetas da questão social podem exigir intervenções imediatas e mais eficazes. Nesse momento, é fundamental que os serviços socioassistenciais conheçam seu território de atuação.

Para que o planejamento não seja deixado de lado diante do alto volume de atendimento, as equipes podem contar com um grande aliado: o Cadastro Único para Programas Sociais. O CadÚnico é constituído por sua base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos. Dessa forma, o Cadastro Único possibilita a análise das principais necessidades das famílias cadastradas e auxilia o poder público na formulação e gestão de políticas voltadas a esse segmento da população.

Esse conjunto de variáveis, quando identificado no território, propicia às equipes um olhar mais amplo, o que é fundamental para o planejamento na execução dos serviços socioassistenciais e para que alcancem o público alvo correto, pois o sistema oferece inúmeras possibilidades de pesquisa. Através de um tabulador, é possível selecionar diferentes variáveis, de acordo com as informações que a equipe deseja obter.

Assim, será possível que a rede de serviços desenvolva ações mais eficazes, que contribuirão para a garantia de direitos básicos da população em todas as esferas e não somente na política de assistência social. Os municípios podem promover uma melhor integração e direcionamento de suas ações, promovendo assim a inclusão dessas camadas menos favorecidas da população aos direitos sociais. Diante do exposto, a presente pesquisa busca responder a seguinte questão: Como o município de Pombal- PB utiliza o Cadastro Único como ferramenta para efetivação de políticas sociais?

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é compreender como o município de Pombal tem utilizado o Cadastro Único como ferramenta para efetivação de política social. Os objetivos específicos são, portanto: Compreender como o poder público municipal utiliza os dados cadastro único no planejamento e implementação de políticas públicas locais; Analisar o processo de implementação de política públicas intersetoriais no município, destacando possíveis pontos fortes a partir das informações agregadas e individualizadas; Propor estratégias que contribuam para a implementação de ações de melhoria da qualidade de vida da comunidade.

A justificativa primordial deste trabalho está na relevância em compreender as percepções dos gestores e funcionários públicos sobre como se tem utilizado o CadÚnico em um município, de modo a verificar quais são as informações essenciais utilizados deste cadastro, tanto em termos gerais quanto específicos, e como sua utilização contribui para implementação de políticas de assistência social, servindo de indicativo para a ocorrência de vulnerabilidades no território e de acesso a serviços básicos como saúde e educação.

O presente estudo também se justifica sob o ponto de vista acadêmico, uma vez que pretende servir como embasamento para estudos e pesquisas acadêmicas futuras. Trata-se de uma temática pouco aprofundado na área acadêmica, uma vez que não foram encontrados numerosos trabalhos analisando a utilização de informações do Cadastro Único para implementação de políticas públicas municipais, apesar da sua extrema relevância para profissionais e acadêmicos de gestão pública, uma vez que podem subsidiar novas inquietações sobre a temática.

Ao longo deste trabalho serão apresentadas atividades como: referencial teórico acerca da temática abordada, metodologia utilizada na pesquisa, análise e discussão dos resultados do estudo e considerações finais.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas

Partindo da premissa que a razão de ser da Administração Pública é oferecer serviços e ações para garantir direitos, as políticas públicas têm sido um caminho adotado para se atingir esta finalidade diante fragilidade da população que busca acesso aos referidos serviços. Com isso, questão social tem estado cada dia mais em discussão.

A importância do fornecimento dos serviços públicos de forma efetivos para garantia de direitos e proteção básica da população é diretamente associada a qualidade de vida da população, principalmente em países onde a desigualdade social é evidente e, conseqüentemente, reflete no desenvolvimento econômico das esferas. Para Lima e D'Ascenzi (2013) políticas públicas, em específico as sociais, são instrumentos de concretização de direitos sociais em uma democracia, com a finalidade de assegurar serviços adequados ao atendimento de necessidades específicas daquela população.

Tude (2010) cita:

Políticas Públicas, tradicionalmente, compreendem o conjunto das decisões e ações propostas geralmente por um ente estatal, em uma determinada área (saúde, educação, transportes, reforma agrária etc.), de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil (TUDE, 2010, p. 11).

No entanto, é importante frisar que o governo não é o único ator à frente a implementação e do desenvolvimento das políticas públicas, pois “inúmeros atores envolvem-se neste processo, como partidos políticos, organizações não governamentais, instituições públicas e privadas podendo assim serem considerados como agentes de políticas públicas” (CUNHA, 2017, p. 25). Segundo Lima e D’Ascenzi (2013), o processo de política pública é uma ação de transformação da realidade que envolve atores governamentais e não governamentais, através de recursos financeiros disponíveis com a aplicação de mecanismos de avaliação dos resultados.

Devido a relevância da oferta de serviços básicos sócio assistenciais, faz-se necessário trazer a temática de políticas públicas para o conhecimento e a efetivação de sua universalização. Para que os propósitos constitucionais se aproximem da realidade é preciso que se garanta um núcleo mínimo de direitos aos cidadãos.

No Brasil, as políticas públicas são direcionadas para a população por meio de programas governamentais nas diferentes esferas, tendo por objetivo proporcionar, de certa forma, um bem-estar social que forneça à população serviços e benefícios que lhes proporcione a melhoria da qualidade de vida associada aos fatores econômicos e sociais, entre outros (MONNERAT; SOUZA, 2011).

Políticas refletem não só a realidade socioeconômica de uma população, mas servem de base para outras políticas intersetoriais que estejam integradas aos vários setores governamentais, visando garantir o acesso da população a políticas públicas de acolhimento e melhoramento da vida dos cidadãos em geral (CUNHA, 2017).

No Brasil, a partir da Constituição de 1988, buscou-se, por meio de políticas públicas, retirar uma certa parcela da população dos níveis de pobreza que a comunidade internacional considera não aceitável. Para Tude (2010), estes esforços nem sempre tiveram sua destinação adequada, tendo em vista os direcionamentos que a política partidária muitas vezes os dá. Contudo, a base de um melhoramento da condição social e da melhora da economia doméstica das pessoas pode ser visualizada e comprovada ao longo dos últimos anos.

A realidade é que setores menos favorecidos da sociedade quase sempre estiveram no foco de políticas públicas e no planejamento dos governos progressistas. Essa orientação tem a marca de um certo assistencialismo histórico, entretanto, isto revela que as políticas públicas

passam por ciclos de direcionamento a população em geral. Sua importância demonstra que as políticas públicas são pilares e referências para conhecer, coletar dados e alinhar as ações governamentais para o povo (MONNERAT; SOUZA, 2011).

Alinhado a isso, os programas sociais são um mecanismo fundamental para que o poder público, em suas diferentes esferas, conheça e processe os dados referentes às necessidades que assolam a população, levando em conta a adoção de medidas administrativas e no âmbito socioeconômico que fortaleçam direcionamentos e o planejamento intersetorial das políticas públicas.

2.1.1 Ações intersetoriais

O desenvolvimento e a execução de políticas públicas não é um processo fácil, tampouco decorrente da ação isolada de um único setor (ou secretária). Trata-se de ações caracterizadas por ciclos de planejamento e que ensejam a ativa participação daqueles que são diretamente afetados pelos seus resultados, visando a maximizar-se a eficácia destes e a minimizar os erros operacionais necessários para a sua implementação (GELINSK; SEIBEL, 2018).

Nesta, a ação intersetorial é compreendida como uma articulação entre os distintos setores para a formulação e execução de projetos e implicando a troca e a construção coletiva de aprendizagem, linguagens e práticas entre os diversos setores envolvidos na tentativa de sanar questões socioeconômicas estabelecendo vínculos de corresponsabilidade e cogestão (BRASIL, 2006).

Portanto, para Gelinsk e Seibel (2018) é uma tentativa de se efetivar a estratégia de implementação da política pública para, minimizando os seus erros, imprimir-lhe maior eficácia e maximizar a probabilidade de sucesso.

Segundo Andrade (2006) uma forma articulada de gerir as mudanças e de criar um melhor futuro possível para a cidade. É um processo criativo com base em uma atuação integrada a longo prazo, que estabelece um sistema contínuo de tomada de decisão que comporta riscos, identifica cursos de ações específicas, formula indicadores de resultado e envolve os agentes sociais e econômicos locais em todo o processo (MONNERAT; SOUZA, 2011).

A administração pública deve traçar estratégias que garantam o mínimo social, utilizando um conjunto de ações para que as necessidades básicas da população sejam atendidas, sendo realizada de forma integrada às políticas intersetoriais para que atinjam o

público-alvo, de forma que seja promovido de maneira eficaz a universalização dos direitos garantidos pela constituição.

2.2 Cadastro Único para programas sociais

O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias. Foi criado em 2001, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, com sua gestão disciplinada pela Portaria MDS nº 177/2011.

Com o Cadastro Único é possível conhecer a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda de cada município, a partir de informações sobre todo o núcleo familiar, das características do domicílio, as formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família (MDS, 2022).

O Formulário de Cadastramento é o instrumento básico de coleta de informações para o Cadastro Único, e tem como objetos de investigação a família e cada um de seus componentes. As informações perguntadas nele dizem respeito à caracterização geral da família e cada um de seus componentes. Está estruturado em 10 blocos, como segue na tabela abaixo:

Tabela 1 - Formulário de cadastramento

Formulário principal	
Bloco 1	Identificação e Controle
Bloco 2	Características do Domicílio
Bloco 3	Família
Bloco 4	Identificação da Pessoa
Bloco 5	Documentos
Bloco 6	Pessoas com Deficiência
Bloco 7	Escolaridade
Bloco 8	Trabalho e Remuneração
Bloco 9	Responsável pela Unidade Familiar
Bloco 10	Marcação livre para o Município
Formulário Suplementar 1	Vinculação a Programas e Serviços
Formulário Suplementar 2	Pessoa em Situação de Rua

Fonte: adaptado do MDS (2022)

Os Formulários Suplementares servem para identificar situações particulares que complementem o formulário principal. Trata-se de um formulário que é utilizado para identificar a vinculação das famílias aos Programas e Serviços oferecidos pelo Governo

Federal, e que também identificam as famílias pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) (MDS, 2011).

2.2.1 CECAD como mecanismo de oferta de dados

Todo mecanismo de coleta de dados serve de vetor principal para o desenvolvimento de algum programa ou política setorial. Tratando-se, principalmente, das questões governamentais, estes mecanismos implicam em base de dados que são extraídas de cadastros – no nosso caso, o Cad. Único – com a finalidade de fornecer perfis em nível que vão do local ao nacional, demonstrando quais as particularidades das populações atendidas por órgão de cadastramento do cidadão (MONNERAT; SOUZA, 2011).

Neste sentido, torna-se importante uma reflexão sobre como essas bases de dados servem e são utilizadas para a construção de políticas públicas, já que não seria possível as esferas públicas e privadas demandar uma coleta de dados sem um direcionamento e uma metodologia, nem tão pouco sem a confiabilidade da realidade destes dados.

Deste modo, para o MDS, a compreensão da funcionalidade de um mecanismo deste mostra que,

A versão 2.0 do CECAD apresenta resultados agregados e desidentificados dos municípios, dos estados ou do país como um todo, o que possibilitou que tais dados fossem disponibilizados a qualquer cidadão, diferente do que ocorria na versão anterior, onde os dados apareciam de forma a identificar famílias e indivíduos, fazendo com que apenas perfis específicos pudessem acessar essas informações, tais como gestores municipais, estaduais ou federais; gestores de programas usuários do Cadastro Único (DGI, 2021, s. p.).

No âmago deste olhar sobre os dados, identifica-se que tal mecanismo serve de base para os órgãos conhecerem a realidade vivenciada pelas populações e, a partir deste, formular seus estudos e direcionamentos de políticas públicas. Visto que está demonstrado, para além do mero formular de dados, que as políticas públicas precisam ser desenvolvidas a partir de estudos e de diagnósticos que sejam elaborados com a finalidade de não só conhecer dados, mas de se aproximar do cotidiano e da vivência das pessoas (TUDE, 2010).

Sabemos, porém, que não se pode romantizar a realidade vivida que está refletida friamente em uma tabela de dados elaborada por programas de computador. Contudo, devemos ter um olhar macro, que veja os problemas e os anseios sociais como um todo, formulando políticas públicas que ao chegar ao cidadão tenham um mínimo de direcionamento (REZENDE; CASTOR, 2006).

Deste modo, compreender que os esforços para a concretude de projetos e programas advém de uma referência mínima já é importante quando pensamos em realizar políticas setoriais que atendam a população. Que estejam refletindo necessidades e que mudem a realidade das pessoas.

3 METODOLOGIA

O município de Pombal, localizado no sertão do Estado da Paraíba, possui uma população de mais de trinta e dois mil habitantes, conforme dados do Censo do IBGE de 2010 (IBGE, 2022). Consiste em uma cidade onde são desenvolvidas algumas atividades econômicas, sendo a agricultura e o setor terciário os de maior relevância para a economia pombalense. O setor industrial ocupa uma pequena parcela da população economicamente ativa e pequenas áreas do município. A cidade conta com uma instituição pública federais de ensino superior que atrai universitários de cidades vizinhas. O município dispõe ainda de casas centenárias, museu cultural, centro histórico, deixando transparecer a presença forte da cultura regional.

Com o crescimento populacional e a urbanização observa-se o aumento da demanda por serviços públicos, sobretudo da parcela da população mais vulnerável, agravada pela pandemia de Covid 19. Uma maior necessidade de assistencialismo, saúde, infraestrutura e grandes desafios para a educação, entre outras questões socioeconômicas, impactando, consequentemente, desafios que carecem de investigação científica.

A escolha desse município como objeto de estudo deu-se em função da necessidade de observar as iniciativas da gestão pública destinada a promoção, realização, acesso e garantia dos direitos relativos às condições sociais e de qualidade de vida, especialmente da população em situação de pobreza e extrema pobreza desta localidade.

A pesquisa desenvolvida se caracteriza como uma pesquisa de campo, que se caracteriza como um tipo de pesquisa de forma direta, que utiliza dados coletados no local (campo) onde um determinado fenômeno aconteceu em situação natural, espontaneamente (GIL, 2008). Onde foram aplicadas entrevistas, analisadas qualitativamente.

Adotou-se na pesquisa uma abordagem metodológica descritiva. Para Gil (2008), nesse tipo de pesquisa estudamos a relação entre variáveis de um fenômeno sem qualquer tipo de manipulação. Esse estudo constata e avalia essa relação entre variáveis que se manifestam espontaneamente.

Os dados secundários, já registrados, foram coletados em bibliografia científica, documentos oficiais, órgãos de pesquisa, órgãos governamentais, publicações em redes sociais oficiais e sites oficiais, conforme constam nos anexos.

Foram realizadas pesquisas documentais incluindo: levantamento de dados estatísticos e históricos sobre a região de estudo e entrevistas semiestruturadas com alguns funcionários do poder público responsáveis pelo planejamento e viabilização das ações e projetos do município para coleta de informações, representações e opiniões sobre as ações desenvolvidas e sua relação com a participação social. Algumas falas foram categorizadas e outras foram destacadas para justificar e compreender os aspectos de maior relevância referentes ao objeto de estudo. A categorização foi feita em função das respostas dadas pelos entrevistados, exatamente conforme expresso por elas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo se propõe a apresentar o potencial das informações prestadas pelas famílias cadastradas no município de Pombal para auxiliar na identificação de demandas e em ações de melhorias nas condições de vida das famílias de baixa renda. Informações como características do domicílio, identificação individuais de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Sendo possível, com qualquer dessas variáveis, realizar análises e cruzamentos, de acordo com a necessidade locais.

Pombal é um município brasileiro situado no alto sertão estado da Paraíba. É a quarta cidade mais antiga do estado, o primeiro núcleo de habitação do sertão paraibano, e a segunda maior do estado da Paraíba em questão territorial, possuindo 889 km. O município tem 25.955 eleitores, 11.284 domicílios residenciais e 721 estabelecimentos comerciais (IBGE, 2022). A economia é dominada pela agricultura, comércio interno e algumas fábricas. Está localizada a uma altitude de 184 metros. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2010, sua população era estimada em 32.443 habitantes (IBGE,2022).

O município conta atualmente com dois Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, CREAS, Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para crianças, adolescentes e pessoa idosa. A secretaria de Saúde do Município oferece os serviços policlínicos através do Centro de Saúde, 15 Unidades de Saúde Básicas, CAPSs entre outros.

Inicialmente foi observado que o município se caracteriza por uma gestão intersetorial, construindo relações, redes e parcerias, agregando agentes para fins comuns. Com isso, abriram-se portas para novas discussões com outros setores a partir de demandas levantadas,

potencializou-se os recursos disponíveis, promovendo ações estratégicas e planejadas que consigam alcançar todos os objetivos.

Um fator categórico observado no município foi a formação acadêmica dos profissionais que ocupam cargos de coordenações e que atuam diretamente com implementações de políticas públicas no município. São, em suma, profissionais graduados e pós-graduados, compostos em sua maioria por mulheres, o que evidencia o protagonismo feminino, demonstrando capacidade e conhecimentos para desempenhar tais funções com aptidão.

Realizar plano de ação de forma eficiente é um grande desafio. Essa atividade é imprescindível para que haja o desenvolvimento de projetos de sucesso e, principalmente, consiga-se atingir seus objetivos. Conhecer sobre o território é o primeiro passo para se planejar projetos que atendam de forma efetiva as demandas.

Entretanto, estruturar esse planejamento estratégico é um desafio para muitos gestores públicos. Afinal, são muitas questões que precisam ser consideradas durante o planejamento de uma ação. Nesse sentido, os dados fornecidos pelo Cadastro Único são uma ferramenta eficaz utilizada no planejamento de políticas públicas e execução de ações estratégicas necessárias para atingir um objetivo proposto, evitando diagnósticos débeis, políticas mal desenhadas e falhas de implementação. Tratam-se de informações detalhadas indispensáveis sobre a população, condição social que permite adequar e direcionar os serviços à realidade do município, final, será mais fácil a gestão identificar e até ordenar e priorizar demandas muito fragmentadas. A grande maioria dos gestores municipais conhece apenas superficialmente essa ferramenta, sua finalidade, seus recursos, e seu potencial de aplicação nas tomadas de decisões de planejamento. Geralmente o Cadastro Único é conhecido pelos gestores municipais, pesquisadores e população em geral apenas como o cadastro do Programa Auxílio Brasil.

As informações coletadas da base de dados de Cadastro Único promovem a articulação de diversos setores, com o propósito de somar forças, potencialidades e recursos para a solução de um problema complexo, sendo uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços. A união de esforços para se conseguir melhores resultados do que se obteria trabalhando de forma isolada, desenvolve novos tipos de participação da sociedade civil, fortalece o espaço interno de discussão, possibilita a tomada de decisões de forma mais ágil, o avanço na implementação das ações e promove uma articulação dentro da administração pública, possibilitando uma abrangência ainda maior das ações.

Os dados do Cadastro Único também podem ser utilizados para o mapeamento das vulnerabilidades locais, planejamento das ações e a seleção de beneficiários dos programas sociais geridos pelo estado ou município (MDS, 2022).

Em outras palavras, por meio do dele os coordenadores que atuam nas áreas de saúde, educação e serviços socioassistenciais realizam consultas e tabulações com os dados. Para a Coordenadora do Cadastro Único no município, “significa dizer que as informações identificam as principais vulnerabilidades da nossa população pois reconhece, a realidade social e econômica das famílias inseridas no Cadastro Único; essa tecnologia oferece otimização dos processos burocráticos e maiores acertos na viabilização dos projetos.”

Na tabela a seguir estão dispostas as informações extraídas do CECAD, apresentando informações de renda per capita das famílias inscritas no Cadastro Único até o mês de setembro de 2022.

Tabela 2 - Faixa de renda per capita no CADÚNCO em Pombal - PB

Faixa da renda familiar per capita	Números de famílias
Extrema pobreza (0 a 105)	5.499
Pobreza (105 a 210)	567
Baixa renda (210 a 606)	1.490
Entre ½ S.M até 1 S.M	1318
Entre 1 e 3 S.M	564
Acima de 3 S.M.	20
Total de famílias cadastradas no município	9.458

Fonte: CECAD, 2022, adaptado pelo autor

As famílias que se encontram na condição de pobreza e extrema pobreza e baixa renda representam 89,16 % da população cadastrada no CadÚnico, tendendo a demandar uma maior proteção social por parte do município, sobretudo nos últimos anos, com os reflexos da pandemia do Covid19 e em razão da redução de recursos federais, que tinham como destinação a Assistência social. Isso gera uma sobrecarga do sistema e um aumento de demanda para o município, que passa a ter que suprir a ausências desses recursos.

A prefeitura então precisou elevar seus aportes para cobrir os resultados negativos, amenizar a situação e garantir assim que nenhum serviço sofra descontinuidade, elaborando assim ações voltadas a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, além de acesso aos direitos básicos. Nesse sentido, dimensionar a extensão dessa população é fundamental ao planejamento e ordenação das políticas públicas.

Na tabela abaixo, é possível observar o Grau de instrução por renda familiar em Pombal cruzados com a faixa de renda total da família.

Tabela 3 - Grau de instrução por renda familiar em Pombal - PB

FAIXA DE RENDA TOTAL DA FAMÍLIA	GRAU DE INSTRUÇÃO							TOTAL
	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto ou mais	Sem Resposta	
Até 1 S.M.	5.084	7.071	1.131	1.593	2.713	560	1.337	19.489
Entre 1 e 2 S.M.	543	473	43	71	231	119	24	1.504
Entre 2 e 3 S.M.	74	55	6	15	51	57	9	267
Acima de 3 S.M.	7	16	1	3	12	18	5	62
Sem Resposta	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	5.708	7.615	1.181	1.682	3.007	754	1.375	21.322

Fonte: CECAD, 2022, adaptado pelo autor

A Tabela 3 apresenta o grau de instrução dos indivíduos cadastrados no CadÚnico por renda familiar. Nota-se que o grau de escolaridade é proporcional à renda família, ou seja, a instrução é maior entre famílias que rendas mais altas. Chama a atenção o baixo quantitativo de indivíduos com escolaridade superior completo e incompleto entre famílias com renda superior a 1 salário mínimo, o que justifica dizer que a predominância de famílias cadastradas é de situações de pobreza e extrema pobreza. Indicadores dessa natureza precisam ser observados por contribuírem com o planejamento de ações efetivas que cheguem a população. Dentre outros fatores, o processo de escolarização e formação profissional é diretamente permeado pela influência do contexto social.

Em Pombal-PB, os territórios que apresentam alta vulnerabilidade social tem a maior cobertura de creches e pré-escolas do município. São localidades com famílias que possuem menores recursos culturais e financeiros e, conseqüentemente, mais carentes de formação escolar.

Planejamentos dessa natureza, juntamente com a política Educacional do município, são necessárias para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social que reverberam no cotidiano escolar/educacional, culminando na evasão e repetência escolar deste público.

Antes de iniciar qualquer projeto, o poder público precisa ter conhecimento sobre as prioridades. Há uma gama de setores que necessitam de investimentos contínuos, como as áreas de saúde, educação, assistência social e infra estrutura, por exemplo e, quase sempre, recursos escassos para o atendimento de todas as demandas existentes, ressalta uma Coordenadora financeira do município.

Desta maneira, para finalizar, será exposto em tabela os dados de característica da população, com o intuito de sugestão de algumas políticas públicas que poderiam fazer parte da agenda formal do governo municipal.

Tabela 4 - Principal de fonte de renda dos inscritos no CadÚnico Pombal - PB

Função principal	Quantidade de pessoas
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	2648
Trabalhador temporário em área rural	938
Empregado sem carteira de trabalho assinada	140
Empregado com carteira de trabalho assinada	307
Trab. doméstico sem cart. de trab. Assinada	159
Trab. doméstico com cart. de trab. Assinada	12
Trabalhador não-remunerado	8
Militar ou servidor público	340
Empregador	1
Estagiário	2
Aprendiz	2
Sem Resposta	8.182
TOTAL	12.739

Fonte: CECAD, 2022. Adaptado pelo autor

Correlacionando os dados referentes a setembro de 2022, na tabela acima, com a total de população da cidade, confirma-se a relação de dependência de uma grande parcela de famílias pombalenses de programas sociais, sobretudo do Auxílio Brasil.

A tabela mostra, de uma maneira geral, que a quantidade de pessoas que não possuem renda fixa ou emprego formal é significativa quando falamos em porcentagem. Significa que mais da metade das famílias cadastradas famílias não possuem garantia de renda, que é uma condição mínima para qualidade de vida. Diante desses dados, poderia estar inserindo na agenda uma política pública para sanar esse problema com iniciativas planejadas e estruturadas para gerar emprego e renda, reduzindo a dependência da prefeitura, melhorando os indicadores de desempenho e garantindo a dignidade dos moradores.

4.1 Exemplo de aplicação dos dados do Cadastro Único em ações na esfera municipal.

O sistema de Cadastro Único permite mapear a população de baixa renda e pobreza dos municípios brasileiros, servindo como diagnóstico das vulnerabilidades da população. No âmbito municipal, pode-se dizer que atua como mecanismo de planejamento para implementação de políticas públicas, oferecendo informações cruciais das famílias, possibilitando analisar, a partir desses dados, aspectos de renda, conhecimento, trabalho, renda e condições sócio demográficas (MDS, 2022).

Portanto, a utilização desta ferramenta proporciona maior abrangência no âmbito de prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e das áreas de saúde, educação, meio ambiente, segurança, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. “... muitos dos projetos desenvolvidos no âmbito municipal conta com a contribuição da equipe do Cadastro único para realizar filtros do CECAD e levantamentos de dados para que os projetos cheguem a quem de fato dele precisar, as informações que extraímos dessa ferramenta é poderosíssima”, ressalta a Coordenadora do Cadastro Único no município.

Como exemplo de aplicação dos dados disponíveis no Cadastro Único, podemos exemplificar a Secretaria de Assistência Social que, através de levantamento de dados do Cadastro Único, teve suas ações fortalecidas pela intersetorialidade. Foi aplicado um filtro de modo a acessar somente dados das famílias quilombolas cadastradas e assim realizando:

- 1) Ações intersetorial - Assistência Social e Saúde - em alusão a semana de consciência negra, com a proposta de promover o diálogo em torno de questões ligadas à igualdade étnico-racial, realizado com grupo específicos em comunidade quilombolas, grupos e famílias identificadas através do Cadastro Único, que culminaram no atendimento direto a 120 pessoas;
- 2) Campanha “Una-se pela violência contra mulheres”; Campanha do “Laço Branco” – Pelo fim da violência contra mulheres; “O quilombo está em nós”; “Por uma infância sem racismo”; “Juventude Negra: uma luta contra a violência”; “Mulheres negras e violência no Brasil”; “Racismo Institucional”.
- 3) Disponibilização de serviços como: Atualização de Cadastro Único/Bolsa Família; Aplicação de Amostra de Questionários para Diagnóstico sócio territorial; Inscrições no Curso ELA PODE; Vacinação.
- 4) Ações Educativas sobre: Dengue; Tabagismo; Tuberculose; Novembro Azul (Câncer de Próstata); Outubro Rosa.

O município de Pombal tem, atualmente, três comunidades Comunidade Quilombolas certificadas pela Fundação Palmares. Em setembro de 2021 haviam um total de 163 famílias inscritas no Cadastro Único. Destas, 127 são beneficiárias do Programa Auxílio Brasil. “São projetos de suma importância tendo em vistas considerável aumento de violência contra as negra e negros. Fortalecer comunidades quilombolas e dar visibilidade é uma maneira de combater o racismo, o preconceito.”

Para facilitar o diálogo e a aproximação, a Gestão Municipal e profissionais do Cadastro Único em Pombal estruturam as famílias pertencentes aos grupos populacionais tradicionais e específicos, no município, para que adiante seja planejadas ações com o objetivo de criar uma rede de apoio e fortalecer vínculos, trabalhando a identidade e valorização cultural local, o empreendedorismo e o protagonismo, promovendo parcerias entre as lideranças comunitárias e órgãos governamentais ou da sociedade civil que atuam junto a esses grupos. Pode-se afirmar que ações como estas são essenciais, na medida em que facilitam o acesso aos serviços oferecidos para as famílias assistidas pelo município e promovem a garantia de direitos de uma parcela da sociedade que, por vezes, não consegue acessar os serviços quando ofertados de forma coletiva.

Outro resultado concreto dessa parceria foi o uso dos dados do CadÚnico durante o período pandêmico. A secretaria de saúde do município fez uso dos dados das famílias cadastradas no CadÚnico para viabilizar ações intersetoriais, priorizando pessoas de grupos de risco em situação de vulnerabilidade social e familiar para Imunização contra o COVID-19. A equipe da secretaria da saúde realizou busca ativa a estes usuários, trabalhando em parceria com a equipe do Cadastro Único, que se disponibilizou para identificar o público prioritário por diversos pontos da cidade, como também realizar visitas domiciliares aos seus familiares, com o objetivo de fortalecer os vínculos institucionais e comunitários, além de sensibiliza-los.

Durante a execução das ações previstas para projeto, foi realizado um momento de acolhimento com as pessoas em situação de risco social e seus familiares e, em seguida, foram ofertados: testes rápidos para diagnóstico das ISTs, consulta com médico clínico e psiquiatra, além de roda de conversa com a equipe multidisciplinar. A secretária da pasta ressaltou a importância de se conhecer a realidade dos fatos para o acolhimento das pessoas em vulnerabilidade social, reafirmando a responsabilidade da secretaria de saúde municipal com a população de Pombal-PB.

Para Secretaria de Educação, uma das grandes contribuições do Cadastro Único é disponibilizar as informações das famílias de crianças e adolescente em evasão escolar para melhor compreensão dos motivos que os levam a abandonar a escola.

Compreender como as condições famílias influenciam a evasão escolar das escolas é essencial para direcionar estratégias mais eficazes, que minimizem o reflexo dessa questão sobre a formação dos nossos jovens. Independentemente do grau de ensino, o abandono da sala de aula pode ocorrer por diferentes razões e contextos. As ações de combate a este mal são realizadas em parceria entre órgão públicos e agentes comunitários. Através de informações extraídas do banco de dados do CadÚnico são identificadas e caracterizadas as famílias para que, na sua particularidade, seja compreendida, atendida e posteriormente ser encaminhada para os serviços que atendam suas necessidades. O objetivo é realizar o acompanhamento de todas as crianças e adolescentes entre 04 e 17 anos que estejam fora da sala de aula e suas respectivas famílias.

Percebe-se que esta é a metodologia adotada pelo município para desenvolver ações estratégicas para o Busca Ativa Escolar. A intenção é apoiar as gestões no controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Desta forma, podemos citar como exemplo as ações realizadas de forma intersetorial pela Secretaria de Educação, em parceria com Secretaria de Assistência Social, denominada “Busca Ativa Itinerante”, que teve com finalidade a busca por crianças e adolescentes em ruas e bairros do município realizando matrículas, rematrículas e acolhimento de e adolescentes em abandono escolar.

Além desta ação, a Secretaria de Educação do município, a partir das necessidades identificadas, lançou em fevereiro de 2019, na EMEF Decisão, o programa piloto: “CHEGOU A HORA, ACELERA JOVEM”. Este programa teve como objetivo eliminar a defasagem idade/série entre os alunos do ensino fundamental II, oferecendo condições para que os discentes avancem na trajetória escolar buscando, assim, contribuir para a reversão do quadro de evasão e repetência e, para que esse programa cumpra a função social, atendendo às necessidades de aprendizagem de todos os alunos, com aulas diferenciadas e currículo adaptado às necessidades dos adolescentes. Nessa nova modalidade de ensino, o jovem estudante terá oportunidade de concluir o Ensino Fundamental II com mais rapidez.

Tais situações foram utilizadas apenas para demonstrar de forma aplicada como os dados do CadÚnico podem auxiliar as gestões municipais.

Questionados a respeito da área de maior vulnerabilidade atual no município, de acordo com os dados apontados pelo CECAD, os funcionários reconhecem que há ainda muitos desafios, e apontam uma carência gritante no que se refere a oportunidades de empregos para jovens, bem como a necessidade de projetos de habitação social, uma vez que os dados mostram que a maior parte da população vivem em moradias alugadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar, de maneira introdutória, como as informações inseridas no cadastro único podem servir como ferramenta para o planejamento e viabilização de ações e projetos do município, em especial aquelas voltadas para as questões socioeconômicas, destinadas a grupos populacionais tradicionais e a população vulnerável, políticas para mulheres, crianças e juventude, focando nas condições gerais de vida da população e relacionando as demandas da saúde, educação assistência social, infra estrutura entre outras.

Com base nos dados apresentados, é possível afirmar que o Cadastro Único poderá ser um instrumento estratégico para resolver uma das principais causas que limitam a efetivação de políticas públicas, que é a ausência de diagnósticos que identificam o público-alvo a ser atingido. Sua utilização por outras secretarias dos municípios, além dos espaços das secretarias de assistência social, representaria um grande salto de qualidade e efetividade de ações. Dessa forma, os dados do Cadastro Único poderão funcionar como uma ferramenta de planejamento de várias políticas públicas, em todos os entes da federação.

É notório que nem todas as famílias consideradas baixa renda do Município estão cadastradas no Cadastro Único, já que o cadastramento não é obrigatório, porém, considerando os dados analisados, pode-se confirmar um grande número de pessoas que se encontram na condição de pobreza.

É importante destacar que o objetivo da pesquisa não é afirmar que somente o uso dos dados do Cadastro Único seja suficiente para embasar a criação de uma política pública. Na verdade, o objetivo é expor que existe essa ferramenta que poderá contribuir no diagnóstico e que, muitas vezes, os gestores desconhecem esse instrumento. Os dados trazidos aqui demonstram como informações específicas da população local podem contribuir para o direcionamento assertivo, considerando, deste modo, as necessidades que assolam o município com a finalidade de redução das desigualdades existentes.

Conclui-se que, para desenvolver ações num determinado território específico, não basta o conhecimento técnico-científico exercido no trabalho assistencial. É necessário obter a compreensão da identidade das comunidades na região Pombalense e suas respectivas culturas, sua maneira de vida, suas territorialidades, seus conhecimentos e práticas vivenciadas dia-a-dia para, assim, promover e assegurar os direitos da população.

Sugere-se que as equipes atuantes possam criar instrumentos próprios para registro e avaliação das observações que fazem sobre o território e características da população onde atuam. É importante ter esses dados ordenadamente computados, para que possam ser efetivamente usados pela equipe e compartilhados com a gestão.

Por fim, destacamos que a caracterização do território e o conhecimento das condições de vida dos moradores é uma importante atividade a ser realizada nos órgãos públicos, para que haja o fortalecimento dos vínculos e da corresponsabilidade com a comunidade, além de subsidiar o processo de formulação e destinação de projetos e ações, visando a aumentar a capacidade de resposta às necessidades básicas asseguradas à população (MACHADO et al, 2012).

Como sugestões para futuras pesquisas, para complementar as discussões sobre o tema abordado, recomenda-se a realização destes estudos em públicos de diferentes realidades, de outras localidades e com outras características socioculturais. Sugere-se, também, a realização um novo instrumento de coleta de dados a ser aplicado de modo qualitativo, como a realização de grupos focais, afim de compreender de forma mais detalhada o perfil dos usuários destes serviços. Outros estudos relacionados ao tema abordado poderiam ser conduzidos para facilitar a melhor compreensão do comportamento dos usuários destes serviços, bem como a participação de entidades, ongs e da população em geral no processo de formulação de políticas e os efeitos nos serviços, além de estudos abordando possíveis estratégias para torna-lo um diferencial efetivo. Por último, recomendam-se estudos abordem perspectivas do futuro.

De modo geral, concluímos que a metodologia abordada tem como princípio a intersetorialidade, proporcionando uma forma de trabalhar, de gerir e executar ações integradas, superando a fragmentação dos conhecimentos e estruturas sociais, ofertando serviços mais significativos na vida da população.

Para concluir reforçamos que o presente trabalho tem sua relevância na ampliação do entendimento sobre como o poder público, nas diferentes esferas governamentais, utiliza os dados do Cadastro Único no planejamento e implementação de políticas públicas locais. A contribuição pratica deste trabalho está nos resultados desta pesquisa, que apontam os pontos fortes e fracos a serem priorizados pelos gestores públicos no que se refere a prestação de serviços efetivos e, assim, fazendo com que possam melhorados atendendo às necessidades da população, contribuindo também para um melhor desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro. **A saúde e o dilema da intersectorialidade**. São Paulo: Hucitec, 2006.

CECAD 2.0. **Tabulador do Cadastro Único**. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php#. Acesso em 12 nov. 2022.

Departamento de Gestão da Informação - DGI. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. O que é CECAD. In: **Manual CEDAC 2.0**, 2021. Disponível em: https://manual-cecad-20.readthedocs.io/o_que_eh.html#:~:text=A%20vers%C3%A3o%20do%20CECAD,a%20identificar%20fam%C3%ADlias%20e%20indiv%C3%ADduos%2C. Acesso em 02 nov. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de dados das Cidades. 2022. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 12 nov. 2022.

GELINSKI, Carmem; SEIBEL, Erni. Formulação de Políticas Públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 42, n. 1 - 2, p. 227-240, abr./out. 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

LIMA, Luciana; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101 – 110, dez. 2013.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Manual do Entrevistador**. 3. ed. Brasília: MDS, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Programas que atendem aos inscritos. In: Portal gov.br, Brasília, 2022. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-epara-que-serve/programas-e-beneficios>>. Acesso em 02 nov. 2022.

MONNERAT, Giselle Lavinias., SOUZA, Rosimary Gonçalves. Da Seguridade Social à Intersetorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.14, n 1, p. 41-49, jun. 2011.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento estratégico municipal**: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

TUDE, João Martins. Conceitos Gerais de Políticas Públicas. In: TUDE, João Martins; FERRO, Daniel. SANTANA, Fábio Pablo. **Políticas Públicas**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Objetivo Da Pesquisa: Avaliar o uso do Cadastro Único no processo de implementação de políticas de assistência social no município de Pombal- PB

População: Servidores públicos que exercem funções comissionadas em coordenações dos serviços pela Prefeitura municipal de Pombal

Instrumento de coleta de dados: Entrevista não estruturada

1.	Há quanto tempo é coordenador (a) do serviço?
2.	Qual sua formação?
3.	Qual a sua análise geral do Cadastro único no país e no município?
4.	De que forma as informações contidas no banco de dados fazem a diferença na efetivação das ações dos diversos serviços?
5.	O município utiliza o CadÚnico para planejar políticas de assistência social? Como isso feito?
6.	Com relação à ferramenta de gestão Cecad (Consulta, Seleção e Extração de informações do Cadastro Único), quem tem acesso?
7.	A equipe que trabalha na coleta de dados do Cadastro único passa por formação por capacitação para abordagem e coleta de dados da família?
8.	Como esse instrumento é utilizado pela gestão?
9.	Existe alguma outra ferramenta que seja utilizada pelo município para diagnóstico sócio demográfico?
10.	Como você considera a gestão atual do Cadastro Único no município de Pombal? Tem sido realizado com sucesso? Tem algum problema? O que acha que precisa ser melhorado?